

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ionária Conceição Paulina

A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Belo Horizonte
2012

Ionária Conceição Paulina

A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Alfabetização e Letramento, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Marcilaine Soares Inácio

Belo Horizonte

2012

Ionária Conceição Paulina

A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Alfabetização e Letramento, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Marcilaine Soares Inácio

Aprovado em 14 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Marcilaine Soares Inácio – Faculdade de Educação da UFMG

Clenice Griffó – Faculdade de Educação da UFMG

AGRADECIMENTOS

Manifesto aqui minha gratidão por todos que contribuíram de perto ou de longe na elaboração deste trabalho.

Ao meu companheiro Mauricio pelo incentivo e o meu querido filho, que mesmo sem compreender o motivo de minha ausência, nunca deixou de demonstrar seu afeto.

As minhas amigas Rafaela e Maria Aparecida pela grande ajuda.

A meus pais que são exemplos de vida, pois, sem a educação recebida por eles não teria chegado aqui.

A todos os profissionais da FAE/UFMG que contribuíram para que eu melhorasse a minha prática pedagógica.

E finalmente agradeço a Deus por que sem ele eu nada seria.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo responder à seguinte questão: Devemos ou não ensinar a ler e escrever na Educação Infantil? Esta é uma questão polêmica entre os professores da educação infantil e sua resposta tem uma implicação direta na prática pedagógica relativa à aprendizagem da língua escrita tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental. Para tentar respondê-la, primeiramente, pesquisamos a história da educação Infantil no Brasil. O intuito foi buscar a origem da idéia comum entre os profissionais da educação infantil de que esta fase da educação básica não deve se preocupar em alfabetizar as crianças. Em seguida apresentamos o Histórico da UMEI Mariquinhas para demonstrar não apenas a luta de uma comunidade pelo direito à moradia e à educação, mas também que a criação dessa escola foi permeada por uma concepção assistencialista da educação infantil, cujo objetivo era cuidar dos filhos das mulheres que trabalhavam fora. Finalmente passamos para a discutir a escrita na educação infantil, dialogando com vários autores a respeito da alfabetização na educação Infantil. Realizada a pesquisa bibliográfica e a aplicação do plano de ação foi possível concluir que as crianças vivem em um mundo letrado por isso já chegam à escola com uma boa bagagem de conhecimentos sobre a escrita. Assim cabe à escola valorizar os conhecimentos prévios das crianças e fazer um trabalho sistemático de alfabetização e letramento, de forma lúdica e agradável. Conclui que podemos sim alfabetizar na educação infantil pois o que importa na aprendizagem da leitura e escrita nessa etapa é a prática pedagógica do professor.

Palavras-chave: Alfabetização, Educação Infantil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	09
3. HISTÓRICO DA COMUNIDADE MARIQUINHAS.....	12
3.1- Histórico da Instituição.....	14
4. A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
5. PLANO DE AÇÃO.....	21
5.1- Percepção do problema.....	21
5.2- Caracterização da turma.....	22
5.3- Avaliação Diagnóstica.....	23
5.4- Propostas de Intervenção.....	24
6. CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS.....	30
ANEXO.....	32

1. INTRODUÇÃO

Iniciamos esta pesquisa com uma pergunta: Devemos ensinar a ler e a escrever na Educação Infantil? Existe uma polêmica entre os educadores e nesta pesquisa procuramos elucidar as idéias e os conceitos que possam ajudar a fazer escolhas mais acertada nas práticas educativas dentro desta linguagem.

Primeiramente pesquisamos a história da educação Infantil no Brasil como aconteceu, a luta da sociedade para assegurar as crianças o direito á educação infantil. Pois no início as crianças pobres recebiam uma educação assistencialista e as ricas um modelo dialogando com as práticas escolares. Não podemos deixar de falar das creches que surgiram com um caráter assistencialista, com intuito de ajudar as mulheres que trabalhavam fora.

Em 1956 aconteceu a declaração dos Direitos Universais da criança e do adolescente. Aconteceram também os primeiros movimentos nacionais pelo direito à educação Infantil. Em 1988, finalmente, a Constituição Federal garantiu às crianças o direito ao atendimento em creches e pré-escola como direito social. Assim as crianças se tornam cidadãos de direitos. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que fixou as normas mínimas que assegurassem o desenvolvimento das diretrizes para a educação infantil.

O histórico da criação da UMEI Mariquinhas demonstra a luta de uma comunidade tanto o direito à educação, mencionado acima, como à moradia. Essa luta começou com o surgimento da creche embaixo de lonas, devido à necessidade das famílias, mas os avanços foram acontecendo e ocorreu sua transformação em UEI e depois, finalmente, UMEI Mariquinhas. Esse histórico de lutas e conquistas, porém, é permeado pelo entendimento, tanto pela comunidade como pelos profissionais da escola, de que ela (escola) tem um caráter assistencialista, que a instituição deve dedicar-se mais ao cuidado e à guarda das crianças do que ao ensino da língua escrita.

Diante de tal polêmica foi necessário recorrer à pesquisadores e teóricos da educação para buscar resposta à pergunta: devemos ou não alfabetizar na educação Infantil? A polêmica sobre ensinar ou não as crianças a ler e escrever já na educação infantil tem diferentes origens entre elas a questão da maturidade e da

idade. Muitos professores pensam que as crianças não podem ter acesso à aprendizagem da escrita antes da sua inserção na escola quanto na verdade elas já têm esse acesso antes de entrar na escola.

Há também a polêmica sobre as práticas de ensino. Grosso modo, podemos dizer que o trabalho nos momentos iniciais de alfabetização não deve ficar restrito aos exercícios de coordenação motora e aqueles voltados para memorização dos traçados das letras. Não podemos esquecer que a sala de aula deve ser um ambiente alfabetizador e as atividades, propostas, bem interessantes. Uma atividade essencial é a escrita significativa afinal aprende-se a escrever escrevendo. Também podemos inserir a criança no mundo da escrita através de jogos e brincadeiras.

Devido ao exposto acima no plano de ação o trabalho escolhi trabalhar com nomes, visto que é uma boa estratégia para ensinar muitas coisas sobre o sistema de escrita alfabética aos alunos recorrendo a algo bastante significativo para ele, ou seja, seu nome. O nome é fixo e sempre igual uma vez que o aluno aprende não escreve segundo as suas suposições, mas sim, respeitando as restrições do modelo apresentado. O trabalho com nomes próprios permite às crianças as seguintes aprendizagens:

- Diferenciar letras e desenhos;
- Diferenciar letras e números;
- Diferenciar as letras umas das outras;
- A quantidade de letras usadas para escrever cada nome;
- Função da escrita do nome: Para marcar trabalhos, identificar materiais, registrar a presença na sala de aula;
- Orientação da escrita: da esquerda para a direita;
- O nome das letras;
- Uma fonte de consulta para escrever outras palavras.

Assim através da pesquisa bibliográfica e da aplicação do plano de ação foi possível concluir que devemos sim alfabetizar na educação infantil, pois as crianças vivem em um mundo letrado e por isso já chegam à escola com uma boa bagagem de conhecimentos sobre a escrita. Cabe à escola valorizar a bagagem dessas crianças e fazer um bom trabalho de alfabetização e letramento. Concluo, então, que

podemos alfabetizar na educação infantil desde que as atividades propostas aos alunos sejam significativas e prazerosas. Pois o que importa é compreender que a criança aprende por meio da interação com o objeto do conhecimento e não pela idade que possui.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A História da Educação Infantil começa no Brasil a partir do momento que a mulher deixa seu lar para entrar no mercado de trabalho e sem ter onde deixar seus filhos recorre a outras mulheres, também mães de família, que não trabalhavam para olhar seus filhos. Muitos anos se passaram sem que o Estado nada fizesse pela educação das crianças pequenas.

A educação das crianças era de responsabilidade das famílias e da comunidade, elas aprendiam no convívio com as outras crianças e famílias na participação das tradições e normas culturais da sociedade. Nos anos setenta finalmente aconteceram alguns avanços. De acordo com Barbosa (2006, p.15):

No Brasil, a partir da década de 1970, a educação de crianças de 0 a 6 anos adquiriu um novo estatuto no campo das políticas e das teorias educacionais. Finalmente, a histórica luta por creches e pré-escola, engendrada por diferentes movimentos sociais, tomou grandes proporções, e os governos principalmente aqueles que se instalaram pós –abertura-realizaram investimentos para a ampliação do direito á educação das crianças dessa faixa etária (BARBOSA, 2006, p.15).

As crianças pobres recebiam uma educação assistencialista, em que as atividades eram meramente ligadas ao corpo e realizadas por mulheres sem nenhuma qualificação. Já para as crianças ricas desenvolveu-se outro modelo, que dialogava com as práticas escolares. Desta forma, nasceu a pré-escola, a qual deixava de lado as especificidades da educação infantil e valorizava demais o ensino escolar.

No Brasil as creches surgiram com um caráter assistencialista, com intuito de ajudar as mulheres que trabalhavam fora e as viúvas. Outro fato que contribuiu para o surgimento dessa instituição foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados.

De acordo com o Parecer Nº 20 de 2009 expedido pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, com a Declaração dos Direitos Universais da Criança e do Adolescente de 1959, aparecem movimentos nacionais e internacionais em defesa da luta pelos direitos da criança e adolescente. Mas isso era somente o início da luta pelos direitos infantil.

Barbosa (2000, p.16) afirma que acompanhando toda essa mudança legal e organizacional na educação infantil e contribuindo com ela, corresponderam também investimentos em termos de pesquisas e publicações no campo acadêmico. Segundo o autor, ao fazer um levantamento do acervo bibliográfico da faculdade de educação da UFRGS, pôde constatar que nas décadas de 1960 e 1970 grande parte dos livros correspondia a manuais gerais de pré-escola, com predomínio de autores estrangeiros e enfoque nas atividades e formas de organizar a educação das crianças em turma de jardim de infância e pré-escola.

Podemos perceber que o trabalho na educação infantil era baseado nos moldes do ensino fundamental. Não havia um currículo voltado para educação infantil, muito menos uma política pública voltada para o assunto. O que havia eram estudos que vinham do exterior.

Em 1988 finalmente a Constituição Federal garantiu às crianças o direito ao atendimento em creches e pré-escolas como um direito social das crianças e não como um favor. De acordo com o inciso IV, do artigo 208 da Constituição Federal, “o dever do estado com a educação infantil será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero á seis anos de idade”.

Conforme Antunes (2004, p.18), no Brasil, o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escola constitui direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e consolidado pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece:

Art:29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança te seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A lei faz com que grupos sociais passem a exigir do poder público que ela seja cumprida o que representou um avanço. A LDB que incluiu a educação infantil na educação básica, também a dividiu por faixa etária, conforme o artigo 30 da LDB:

A educação infantil será oferecida em:
I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Segundo Antunes (2004 p.18) a LDB fixou as normas mínimas que assegurem o desenvolvimento das diretrizes para a educação Infantil homogênea em todo território nacional. Em 1999, o Conselho Nacional de Educação fixou as diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil que, com força de lei estabeleceram fundamentos que devem nortear as propostas pedagógicas das creches e pré-escola, levando em conta princípios éticos, políticos e fazendo menção à ludicidade como um dos princípios estéticos que deve balizar a educação infantil.

Atualmente a educação infantil tem passado por intensas mudanças e grandes desafios. O currículo ainda é um grande desafio, pois existe muita dúvida sobre o que ensinar. Os profissionais estão aprendendo com a prática do dia a dia. Muitos profissionais acham difícil trabalhar por meio do brincar e ainda existe profissional sem a mínima habilitação para atuar na educação infantil.

Em todo o país o número de vagas na educação infantil tem crescido bastante. Isso é animador, mas ainda há muito que se fazer para chegar a uma educação infantil de qualidade.

A educação infantil ainda está engatinhando no Brasil e, apesar dos avanços, ainda há muitas melhorias a serem feitas. E elas virão do esforço conjunto da escola e da comunidade, considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças e respeitando sua condição de pessoas de direitos:

A construção da identidade das creches e pré-escola a partir do século IX em nosso país insere-se no contexto da História das Políticas de atendimento à infância, marcada por diferenciações em relação às classes social das crianças enquanto para as mais pobres essa história foi caracterizada pela vinculação aos órgãos de assistência social ,para as crianças das classes mais abastadas outro modelo se desenvolveu no dialogo com práticas escolares (BRASIL, 2009)

3. HISTÓRICO DA COMUNIDADE MARIQUINHAS

A comunidade do Mariquinha se encontra localizada no antigo Sítio da Piteira, no bairro Juliana, regional Norte, na região de Venda Nova em Belo Horizonte. O antigo Sítio possui uma área de aproximadamente três alqueires e meio. Era ocupada pela família Rocha, os antigos proprietários eram Sr. Francisco Rocha e Maria Isadora Pinto, conhecida como Mariquita. As terras foram adquiridas por ele, que as comprou dos herdeiros da mãe. A casa foi construída em 1940 e abrigava uma numerosa família.

Bem localizado, o Sítio possuía uma grande área arborizada, com árvores frutíferas e várias minas de águas bem límpidas. Estas nascentes, aproveitando o relevo acidentado, abasteciam uma lagoa que ficava mais ao centro da propriedade. Eles exerciam a administração da mesma, com uma média produtividade familiar, possuindo: hortas, plantações de flores, criação de galinhas, vacas leiteiras e outras pequenas atividades. As verduras, frutas e flores ali produzidas eram vendidas no Centro de Venda Nova pelos filhos do proprietário.

Muitas mudanças ocorreram no entorno desta propriedade, o que fez surgir fortes especulações e pressões imobiliárias sobre os herdeiros que a partir de 1970 passaram a sofrer constantes invasões e depredações na propriedade: roubos de galinhas e frutas, cortes durante a noite nas cercas que eram arrumadas durante o dia e também às árvores de lei da propriedade, as quais eram usadas pelos invasores indevidamente.

Na década de 80, apesar de todas as pressões dos corretores imobiliários e empresários, para comprar a propriedade, o Sítio continuou a existir sob a responsabilidade dos herdeiros do Sr. Francisco Rocha e da Sra. Maria Isadora Pinto - já falecidos - que continuavam a morar no sítio e permaneciam solteiros. Mesmo trabalhando fora e exercendo outras profissões, eles continuavam cuidando da propriedade e passaram a perceber que as invasões cresciam dia a dia no sítio. Alguns invasores chegavam a atacar diretamente os herdeiros dentro de sua residência, agredindo-os com palavras, pedras e roubos diretos.

Em 1990, ocorreram três invasões sucessivas de numerosas famílias, associadas à Central dos Movimentos Populares, grupo social atuante na região que

tinha por objetivo conquistar a moradia para todos os seus militantes. A desapropriação foi sancionada pelo então governador do estado de Minas Gerais, o Sr. Newton Cardoso, concedendo a função das terras para as famílias invasoras da comunidade do Mariquinhas numa área de 124.521 metros quadrados, para o respectivo assentamento. Elas passaram a deter o direito de posse e a construir suas casas.

A Central dos Movimentos Populares afirmou sua atuação, invadindo e ocupando o Sítio da Piteira definitivamente em 1994, após permanecerem acampados na igreja São José, no Centro de Belo Horizonte, e terem permanecido na fazenda Marzagão, em Sabará, por cerca de nove meses.

Após a ocupação em 1994, cerca de 650 famílias, decepcionadas com a demora nas construções de suas moradias, que seriam da responsabilidade da COHAB, decidiram improvisar suas barracas, em lonas, debaixo de árvores, realizando primeiramente a retirada da vegetação rasteira. Através de um mutirão, eles demarcaram a área utilizando pás, enxadas, carrinhos de mão e enfrentando as dificuldades do acesso à mata fechada e os insetos. Posteriormente com a ajuda da COHAB, foram construídos os banheiros e tanques coletivos, chuveiros, com água potável e instalada a iluminação pública para o uso das famílias.

Foi em 1994, no governo do PT, que o então prefeito Patrus Ananias de Souza, deu início ao processo de urbanização da comunidade Mariquinhas, através do Projeto Autor Construtor, sob o acompanhamento da Urbel. Em seu programa político social, Patrus Ananias procurou estabelecer os caminhos da inclusão, o combate às desigualdades e às injustiças sociais. Procurou também o cumprimento das propostas apresentadas na agenda 21 para promoção de um desenvolvimento sustentável para os bairros de Belo Horizonte.

A partir daí, com a participação coletiva dos moradores da comunidade para construção de suas moradias, ocorreram a construção do depósito de material, da rede de saneamento básico e do galpão da creche. As articulações dos movimentos populares e das famílias, na comunidade do Mariquinha, demonstraram a sua força e coesão promovendo a realização das propostas e metas apresentadas e idealizadas pelos seus militantes, da Central dos Movimentos Populares. A comunidade é marcada por diversos tipos de construções das casas alvenarias, lonas, madeirites e outros.

3.1- Histórico da Instituição

A Unidade Municipal de Educação infantil Mariquinhas, situada à rua Acalifa nº 209, bairro Juliana, em Belo Horizonte- MG, foi fundada em 12 de maio de 1995. Inicialmente conhecida como Creche Mariquinhas a instituição foi registrada como Centro Educacional de Profissionalização e formação ambiental da criança e do adolescente e surgiu através de um convênio com a Regional Norte da Prefeitura de Belo Horizonte.

Quanto ao nome Mariquinhas, que se popularizou na comunidade denominando inclusive o nome desta UMEI, é referente ao nome das antigas proprietárias apelidadas pela comunidade de Mariquinhas.

A creche Mariquinhas surgiu a partir da necessidade das famílias em ter um lugar seguro para que os seus filhos pudessem ficar durante o período em que estivessem trabalhando. Isso devido a uma mudança nos papéis familiares, tendo às mães a necessidade de trabalhar fora de casa, a fim de aumentar a renda, ou de sustentarem sozinhas seus filhos.

Diante disso, a própria comunidade se mobilizou pra iniciar a construção da Creche Mariquinhas que foi feita com quatro mourões e uma lona, sendo trocada mais tarde por madeirites e, depois de oito anos, iniciou-se a construção em alvenaria. Nos primeiros dias, as mães doavam os alimentos e depois, um voluntário passou a fazer doações mensais de cestas básicas à creche e aos funcionários.

Em 2002, as novas instalações, construídas pela AMAS, que passou a compor-se de: cinco salas de aula, um berçário, uma cozinha com refeitório, uma dispensa, uma lavanderia, um banheiro social, um banheiro infantil masculino, um banheiro infantil feminino (ambos sem as divisórias que separam os vasos sanitários), um pátio, um jardim e uma área de recreação com brinquedos de madeira.

Devido à grande demanda, o atendimento na creche Mariquinhas era limitado às crianças cujos pais ou responsáveis estivessem trabalhando fora de casa, visando contemplar os interesses da própria comunidade Mariquinhas, atendendo crianças de zero a seis de idade. O trabalho priorizava o cuidado da criança, nos aspectos da alimentação, de higiene, saúde e recreação (Projeto Político Pedagógico da UMEI Mariquinhas).

Em 2005, aconteceram novas mudanças. A instituição passou a integrar o sistema de educação infantil da prefeitura de Belo Horizonte transformando-se em UMEI Mariquinhas. Os novos profissionais passaram a atender as crianças tendo como foco não apenas o cuidado e a guarda das crianças, mas também a aprendizagem. Conforme explicitado no Projeto Político Pedagógico da UMEI Mariquinhas a instituição tem os seguintes objetivos:

- Buscar proporcionar um ambiente educativo favorável à construção do conhecimento infantil através da variação dos múltiplos caminhos da linguagem;
- Promover a utilização de diferentes fontes de informação e recursos pedagógicos como estratégias de aprendizagem e de conhecimento e enriquecimento para o mundo infantil de nossas crianças;
- Valorizar a formação pessoal e social dos alunos através de suas expressões: no brincar, no fazer, nas suas manifestações artísticas e corporais, enfim nas suas diferentes formas de linguagens;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, que auxiliem a formação da criança quanto: a sua identidade e auto-estima, incentivando-a pela busca do conhecimento na estruturação de sua aprendizagem;
- Valorizar e incentivar o projeto educativo da escola, onde estão envolvidos: a direção, a coordenação, os professores, os pais, enfim, toda comunidade escolar, trabalhando a diversidade étnica, cultural, a ética, a cidadania e buscando através das estratégias apresentadas para as diferentes áreas do conhecimento;
- A construção de uma escola democrática, engajada, responsável e formadora de cidadãos críticos, autônomos e felizes.

Atualmente a escola passa por uma reforma e ampliação. Serão construídas dez novas salas de aula e banheiros nas salas de um e dois anos , um novo parquinho, sala de professores. Haverá ainda a reforma da cantina e a revitalização dos outros ambientes.

4. A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para muitos professores, a educação infantil não deve se ocupar ou preocupar-se com a apropriação da escrita na educação infantil. Na UMEI Mariquinhas, devido ao histórico da instituição, essa questão é ainda mais complexa.

O ensino da escrita na educação infantil é um tema muito controverso que tem ocupado e preocupado os professores das escolas infantis de Belo Horizonte. No entanto de acordo com Emilia Ferreiro,

As discussões a respeito do momento em que deve começar o ensino da leitura e da escrita parecem eternas. A pergunta deve ou não ensinar a ler e a escrever na pé -escola? é uma pergunta reiterada e insistente. Tenho sustentado que essa pergunta mal colocada, que não pode ser respondida afirmativamente ou negativamente antes de serem discutidos os pressupostos nos quais se baseia. Antes de serem discutidos os pressupostos nos quais se baseia (FERREIRO, 2001, p.96).

Assim podemos admitir, de acordo com Mary Kato que:

Não existe um momento ou idade correto para começar a escrever. Séria ingênuo acreditar que a criança começa a vivenciar aos seis anos o sistema de escrita como se fosse um objeto estranho; e o fato de não ler como nos o fazemos, não significa que não tenha atividade de leitura e nem curiosidade sobre esse sistema. Observações realizadas em nosso contexto nos dão evidência de que quando há ambiente, isto é, material escrito e pessoas que o manuseiam, a apropriação do que seja ler e escrever pode iniciar-se aos dois anos de idade. No entanto isso não acontece com as crianças de famílias menos favorecidas que geralmente tem poucas situações de envolvimento com a leitura e a escrita (KATO, 1994, p.53).

Desta maneira, cabe à escola propiciar às crianças de famílias menos favorecidas um ambiente favorável ao ensino de leitura e escrita para que elas possam usufruir o direito de aprender a ler e escrever. De acordo com Chartier todas as atividades que permitam que a criança trabalhe a escrita, multiplique as observações a respeito da língua, descubra suas funções, usos e prazeres são, portanto, bem-vindas. (CHARTIER, 1996, p.32).

Vários fatores levaram as pessoas a terem esta dúvida sobre o momento certo de se alfabetizar uma criança. Entre eles podemos destacar três, que são de natureza distinta, ou seja, os fatores sociais, políticos e pedagógicos. Para a presente discussão serão considerados somente os pedagógicos.

Do ponto de vista pedagógico podemos considerar que em relação à 'prontidão', os alunos da educação infantil ainda não estavam maduros o suficiente para aprender a ler visto que era necessário ter um treinamento motor antes de começar a ler e escrever. Sem isso as crianças eram proibidas de ler e escrever. Assim podemos dizer que, de acordo com Rosa e Brandão:

Prontidão para alfabetização significaria ter um nível suficiente, sob determinados aspectos, para iniciar o processo da função simbólica que é leitura e sua transposição gráfica, que é a escrita, com base nesse conceito, as autoras propuseram na época um programa para o desenvolvimento de funções específicas contendo exercícios que visavam ao trabalho com diferentes aptidões e atitudes consideradas prévias à aprendizagem da escrita. Conforme enfatiza a autora a finalidade não entrar no campo da alfabetização, mas sim dar elementos à professora para a elaboração de um programa graduado de exercitação que pusesse as crianças em condições adequadas para enfrentar esse processo (ROSA e BRANDÃO, 2011 *apud* POPOVIC e MORAES, 1996, p.5).

Através do exposto podemos concluir que as crianças acabavam sendo impedidas de participar de qualquer momento de escrita, pois se acreditava que elas ainda não compreendiam nada a respeito de escrita e leitura. Discordando dessa ideia e concordando com Saber (1997, p. 237) pode-se dizer que "a escrita é acessível às crianças antes de as escolas decidirem ter chegado o momento de alfabetizá-las. O que os métodos propõem como etapa de preparação desconsidera esse conhecimento, anulando-os".

Ainda hoje esta ideia do método faz com que muitos professores pensem que as crianças não podem ter acesso à aprendizagem da escrita quanto na verdade elas já têm esse acesso antes de entrar na escola.

De acordo com Saber:

Para entender como as crianças vão construindo suas ideias a respeito da escrita deveriam partir de algumas situações do cotidiano. É difícil imaginar um meio social onde não haja placas de trânsito, cartazes, jornais, rótulos de produtos, televisão. Dependendo das condições sociais, a criança também participa de experiências nas quais observa o adulto escrevendo recados, listas de compras ou então lendo livros, jornais, revistas e folhetos. (SABER, 1997,p.12)

Também Emilia Ferreiro compartilha desta mesma ideia, para ela as crianças já fazem suposições do que é a escrita antes de entrar na escola. As garatujas feitas pelas crianças demonstram uma tentativa de aprendizagem da escrita:

As primeiras escritas infantis aparecem do ponto de vista gráfico, como linhas onduladas ou quebradas (zigue zague), continua ou então como uma série de elementos discretos repetidos (séries de linhas verticais, ou bolinhas). (FERREIRO, 2008, p.18)

Podemos afirmar então que o trabalho que é realizado nos momentos iniciais de alfabetização não deve ficar restrito aos exercícios de coordenação motora voltados para memorização do traçado correto de letras. Outras atividades poderiam ser exploradas pelo professor. As atividades devem lúdicas e bem prazerosas, os elementos que eram desprezados pelos métodos tradicionais são fundamentais para a aprendizagem das crianças. O professor não deve deixar de lado esta bagagem de conhecimento, deve aproveitá-la para incentivar as crianças e levar os alunos a evoluírem. Para isso é essencial que a criança tenha contato com a escrita de maneira significativa, ou seja, à atividades que não estejam voltadas unicamente para o treino motor e memorização de letras isoladas, as quais não ajudam na elaboração de idéias significativas sobre a escrita.

Para Grossi (1990, p.36) ensinar as letras uma a uma, assim como as cores, para crianças que não as vivenciaram antes é inútil. Além do mais é sabido que as crianças não começam pela distinção de letras isoladas. Elas as distinguem primeiramente na qualidade de iniciais de nomes de pessoas ou de palavras que lhes são muito significativas.

No nível pré-silábico, as crianças fazem muitas idéias a respeito da escrita e ficam curiosas a respeito de onde se lê e o que se lê. Grossi afirma que:

Antes que a criança compreenda a possibilidade de que as letras possam ter algum vínculo com a expressão de alguma realidade, isto é, que as letras possam, dizer algo, ela faz experiência de ler a realidade em desenhos, gravuras e fotos, ou seja, em imagens gráficas. Ela associa às imagens a capacidade de expressar aspectos do real e nem suspeita que com um conjunto de risquinhos se possa fazer o mesmo (GROSSI, 1996, p.33).

O professor deve ficar atento para ajudar seu aluno sair do nível pré-silábico para o nível silábico. É papel do professor fazer inferências para o aluno aprender cada vez mais. Ele deve dar atividades que façam o aluno pensar sobre o processo de escrita e que faça associações entre objetos e seu nome. Ainda de acordo com Grossi (1990, p. 38), “os nomes dos alunos podem ser o suporte de muitas outras atividades didáticas, tais como: bingo de letras ,bingo das iniciais e bingo dos nomes, formação de conjuntos, associação de nomes às iniciais de domino, etc.”

Não podemos deixar de dizer que para que a sala de aula seja um ambiente alfabetizador, é essencial que haja vários textos, alfabetos de diversos materiais e tamanhos, além de cartazes com a quantidade de alunos presentes, aniversariantes do dia, lista dos alunos presentes, etc. Enfim, a sala deve ser um ambiente rico em práticas de leitura e de escrita para levar a criança a reformular suas hipóteses a respeito da escrita e leitura.

Segundo Curto et.al. (2007), uma atividade essencial é a escrita, afinal aprende-se a escrever escrevendo. O autor alerta que o aluno escreva coisas que fazem sentido para ele, porque assim ele vai compreender qual é a necessidade da escrita. Ainda de acordo com Curto et.al. (2007, p. 69), entre outras coisas, escrevemos para:

- Lembrar, identificar, localizar, registrar, armazenar, averiguar e etc.;
- Comunicar ou nos inteirar do que aconteceu, de como é um país, do que existe, etc.;
- Desfrutar, compartilhar sentimentos e emoções, desenvolver a sensibilidade artística, participar de fantasia e de sonhos;
- Estudar, aprender, conhecer e aprofundar conhecimentos;
- Aprender como se faz as coisas.

Assim é necessário que a criança seja alfabetizada e letrada, ao mesmo tempo, para que se aproprie do sistema de escrita em contexto de interação com o material escrito. Em situações de letramento ela desenvolve habilidades de uso da escrita nas práticas sociais. A aprendizagem é motivada por interesse, uma necessidade de saber.

Embora os alunos da educação infantil sejam crianças pequenas não se pode tirar delas o direito de aprender a escrever. Acredito que podemos iniciar o trabalho com a escrita através de jogos e brincadeiras que façam com que as crianças reflitam sobre a escrita. A escrita não pode ser vista só como um instrumento da escola, mas como um produto cultural. As crianças podem estar em contato com a escrita sem perder de vista o brincar já que conforme os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhes são próximas e com o meio que as circundam, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam e por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos (RCNED, 2000, p..21)

Podemos inserir a criança no mundo da escrita através de jogos e brincadeiras. Como mostra Grossi (1997, p.65), existem vários jogos que ajudam no processo de leitura e escrita, tais como:

- Bingo de letras;
- Bingo de palavras;
- Quebra cabeça com nomes;
- Baralhos.

A partir do que foi dito acima, é possível entender que o processo de leitura e escrita não começa nem termina na educação infantil. Trata-se de um processo longo com o qual podemos contribuir ocupando-nos e preocupando-nos com a apropriação da escrita na educação infantil. No sentido de colaborar nesse processo é que propus desenvolver o Plano de ação abaixo.

5. PLANO DE AÇÃO

O Trabalho com nomes é uma boa maneira de ensinar muitas coisas aos alunos levando em conta sua realidade. O nome é fixo e sempre igual uma vez que o aluno aprende e não o escreve segundo as suas suposições. As crianças que estão se alfabetizando podem e devem aprender muitas coisas a partir de um trabalho intencional com nomes (CURTO et.al. 2007).

Assim optei por trabalhar com a escrita do nome na educação infantil por ser de suma importância para as crianças.

5.1- Percepção do problema

O trabalho foi realizado com uma turma de cinco anos, usando a metodologia das seqüências didáticas. Esta turminha, embora tenha cinco anos de idade e já tenha iniciado seu processo de escolarização há mais de dois anos ainda não dominava a escrita do nome. Eles confundem letras com números e escrevem faltando letras.

Acredito que este problema permanece devido ao universo familiar ao qual pertencem as crianças, que oferece poucas experiências com a leitura e a escrita. Ou devido à prática pedagógica das professoras que lhes deram aula anteriormente que, possivelmente, pensavam que este trabalho não era importante. Desta maneira a prática de alfabetização nos anos anteriores não proporcionou aos alunos nem mesmo a aprendizagem da escrita do próprio nome.

As crianças podem aprender muitas coisas significativas a partir do próprio nome. Entre elas diferenciar letras de números. O nome é um texto muito importante e significativo para as crianças é um texto autêntico. De acordo com Curto et. al. (2007, p.134).

O nome próprio tem algumas características definidas, por exemplo, é fixo, é sempre igual, uma criança pode adotar um procedimento silábico para escrever qualquer palavra... Menos seu nome, que se escreve sempre igual completo (CURTO et.al., 2007, p.134).

Ainda de acordo com Curto et. al. (2007, p.134), o nome é um texto com autêntico significado para a criança: designa-a, marca seu território e propriedade, identificam- a. É a assinatura. Na concepção de Teberosky e Ferreiro (1999, p.221):

O nome próprio é o primeiro modelo de escrita, dotada de estabilidade, como o protótipo de toda escrita posterior. Em muitos casos cumpre uma função muito especial. Na psicogênese que estamos estudando as crianças que estão se alfabetizando podem e devem aprender muitas coisas a partir de um trabalho intencional com os nomes.

O trabalho com o nome próprio da criança é importante para a compreensão da identidade, é traz muito prazer ao aluno. Ler e escrever na educação infantil é possível pois vivemos em um mundo letrado, convivemos com vários portadores de texto em nosso dia a dia.

Desta maneira não há porque ficar adiando o trabalho de alfabetização e letramento, se preocupando com idade para começar o trabalho de escrita e leitura com os pequenos. De acordo com Lima (1998, p. 65):

Caso uma criança não se alfabetize aos sete/oito ou, ao contrário, antecipe-se e esta alfabetize aos cinco /seis anos, isto não muda do ponto de vista do seu desenvolvimento certamente existem tempos diferentes para cada aquisição, dependendo da criança do se meio e da sociedade onde vive. No entanto do ponto de vista da inteligência isto não significa nada qualitativamente o que importa e que ele chegue a um determinado ponto de desenvolvimento, independente do tempo que levou para alcançá-lo. Podemos portanto, alfabetizar uma criança antes, durante ou depois dos sete anos.

Finalmente podemos afirmar que independente da idade, maturidade ou classe social o aluno poderá aprender a ler e escrever. Tudo depende do trabalho feito pelo professor, é necessário que ele cumpra bem o seu papel para que os alunos possam chegar naturalmente a alfabetização e letramento.

5.2- Caracterização da turma

A turma é formada por quatorze alunos de cinco anos completos. Seis meninas e oito meninos, a maioria das crianças já estão na UMEI desde o berçário por isso tem um ótimo relacionamento. Esta turma gosta muito de novidades, de ouvir e ler histórias, desenhar, colorir, pintar e brincar. Aproveitam todo o espaço da

escola, e estão bem acostumados com a rotina deste ambiente. São crianças espertas, falantes e participativas.

As crianças atendidas na UMEI Mariquinhas são provenientes de bairros e vilas variadas, uma vez que a matrícula é realizada independente da zona residencial de onde provêm. A maioria chega até a escola a pé e em poucos casos de ônibus, especial ou de carros particulares.

Observa-se certa diversidade das famílias com relação à condição sócio-econômica. Grande parte não tem salário fixo, atuando no mercado de trabalho informal e desenvolvendo, em muitos casos, atividades temporárias.

A participação das famílias na escola é efetiva: a comunidade Mariquinhas tem muito orgulho da escola que foi criada pela própria comunidade - a UMEI começou junto com a comunidade em barracas de lona e, conforme dito anteriormente, o nome desta UMEI é referente ao nome da antiga proprietária Mariquita.

A nossa sala de aula é um ambiente rico em alfabetização com muitos cartazes, o alfabeto, o nome das crianças e as letras das músicas que cantamos. Como integrantes de grupos socioculturais singulares, as crianças vivenciam experiências e interagem num contexto de conceitos, valores, idéias, objetos e representações sobre os mais diversos temas a que tem acesso na vida cotidiana.

A maioria da turma demonstra interesse e procura participar de todas as atividades. Conseguem compreender as atividades propostas com boa percepção e iniciativa para recorrer à educadora. A turma expressa suas idéias e opiniões a respeito das coisas que acontecem ao seu redor, ou seja, na sua casa, na escola.

As crianças cantam, dançam e brincam juntas aprendem de maneira divertida. As meninas gostam mais de brincar e exploram todos os espaços da escola. A interação nas instituições de educação infantil, sem dúvida, permite às crianças desenvolver a capacidade para se relacionar desde cedo com grupos etários diversos o que é muito bom para elas.

5.3- Avaliação Diagnóstica

Não podemos ignorar que a aprendizagem infantil não começa na escola: vivemos em uma sociedade letrada e mesmo as crianças de camadas populares

mais baixas fazem uso da escrita quando escrevem uma lista de compras, um bilhete e etc.

Assim optei por trabalhar com a escrita na educação infantil porque o termo expressa melhor o que tem sido proposto por pesquisadores e profissionais da área.

Iniciei o meu trabalho propondo aos alunos a escrita do nome e diagnostiquei que estes alunos precisavam de uma intervenção na escrita do nome porque confundiam muito letras e numerais. Além do mais, trabalhar com nomes próprios possibilita aprender muitas coisas a partir de um trabalho intencional com os nomes.

Apliquei a seguinte avaliação diagnóstica: pedi aos alunos que escrevessem o seu nome da maneira como achavam que estava correto. O que percebi é que realmente eles ainda não dominavam a escrita do nome e que era preciso uma intervenção neste problema visto que confundiam letras e números e escreviam faltando letras.

5.4- Propostas de Intervenção

Após diagnosticar o problema da turma resolvi propor uma seqüência didática durante aproximadamente trinta dias. Acredito que através de atividades prazerosas é possível fazer um bom trabalho de alfabetização na educação infantil.

Primeiro pedi aos alunos para pedir a mamãe e ao papai para que estes explicassem o porquê da escolha de seus nomes e depois, durante a aula, na roda de conversa, expusessem para a turma como o nome foi escolhido. Também proponho a seqüência didática a seguir, com o objetivo de inserir as crianças no processo de reconhecimento do nome que será trabalhado em várias atividades com o crachá:

- A primeira atividade será espalhar os crachás no chão e na rodinha pedir que cada aluno procure o crachá que esta com o seu nome;

Figura 1- Aplicação da Sequência Didática dos Nomes



Fonte: Fotos do autor

- Quando os alunos conseguirem identificar o seu crachá é hora de avançar e pedir aos alunos que separe os nomes dos meninos e meninas;
- Em seguida pedir para separar os crachás que comecem com a mesma letra;
- Identificar um crachá cujo nome seja de um colega e entregar ao mesmo;
- Separar os nomes cujos nomes rimem entre si;
- Usar o crachá par formar grupos de brincadeiras;
- Usar os crachás para fazer a chamada diária;
- Separar os crachás cujos nomes tenham o mesmo número de letras.

Também são importantes as atividades com o objetivo de mostrar a importância da escrita do nome. Assim selecionei algumas situações onde é importante escrever o nome. Proponho as atividades abaixo:

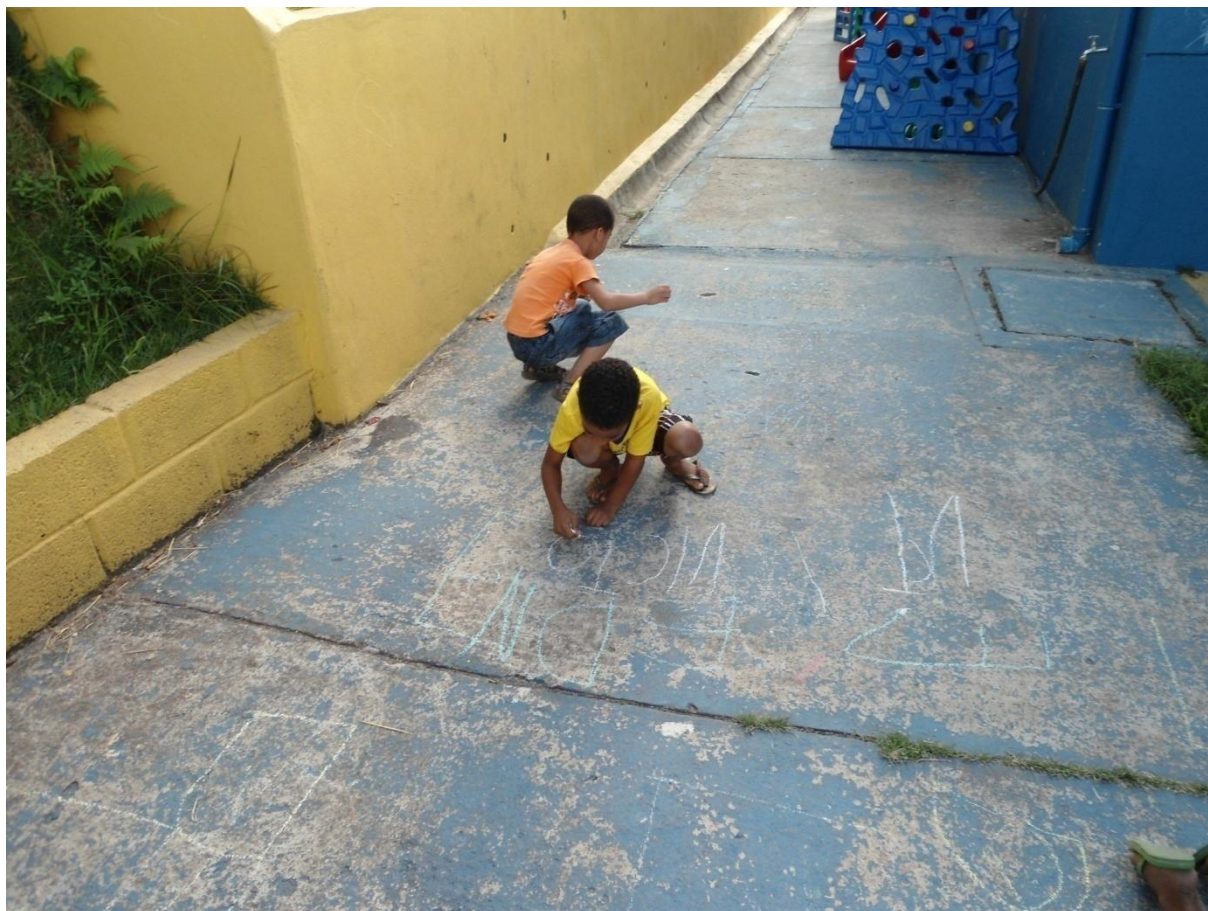
- Escrever a lista de alunos que vieram à escola (o professor escreve no quadro para o aluno ver);
- Escrever o seu nome para marcar o seu material;
- Cada aluno escreve o seu nome para a professora sortear o ajudante do dia;
- Escrever o nome para colocar na pasta e outros materiais;
- Escrever o nome em um papel e depois na roda separar os masculinos dos femininos;
- Escrever o nome para colocar na lista de chamada;
- Escrever o nome no chão com giz;
- Escrever a primeira letra do nome com massinha;
- Escrever o nome com as letras móveis.

Em todas as atividades é importante chamar a atenção para a necessidade da escrita do nome, ajudar a criança a buscar a letra que necessita para escrever e aproveitar para que o aluno faça a relação correta entre nome da letra e traçado.

Também fizemos outras atividades em grupo como alguns joguinhos do nome. O Primeiro foi um jogo de boliche dos nomes, cada criança levou uma garrafa pet e foi construído o boliche dos nomes. No boliche dos nomes cada criança joga a bola e quando consegue acertar ele lê o nome que acertou e o aluno paga uma prenda.

Também brincamos de bingo de nomes com o bingo além de trabalhar a identificação dos nomes, também se trabalha a atenção. A escrita do nome livremente no chão também é uma atividade legal.

Figura 2 – Crianças na atividade de escrita livre do nome no chão



Fonte: Fotos do autor

A turma gostou muito das atividades. Percebi uma grande melhora em toda a turma de modo que somente um aluno que falta muito a aula não conseguiu alcançar o objetivo proposto.

Desta maneira percebo que na educação infantil, as crianças recebem informações sobre a escrita quando: brincam com a sonoridade das palavras, reconhecendo semelhanças e diferenças entre os termos; manuseiam todo tipo de material escrito, como revistas gibis, livros, fascículos etc.; e o professor lê para a turma e serve de escriba para as crianças.

6. CONCLUSÃO

Podemos concluir através desta pesquisa que não existe uma idade certa para começar a alfabetizar pois as crianças já tem algum conhecimento sobre a leitura e a escrita anterior a qualquer ensino formal .

Assim a escrita não deve ficar em segundo plano porque é um produto cultural. Sabendo que a criança alfabetiza-se em contexto com o material escrito real e é possível afirmar que cabe ao professor garantir práticas voltadas para a alfabetização e letramento das crianças.

O professor precisa ser o escriba dos alunos. E a sala de aula precisa ser um ambiente alfabetizador: é preciso que existam cartazes na sala de aula e o professor precisa escrever para os alunos porque esta é uma das formas de motivar os docentes. Se queremos que nossos alunos aprendam a escrever, temos que servir de modelo.

A criança letra-se e desenvolve habilidades de uso da língua escrita nas práticas sociais. Assim é preciso que o professor leia muitas coisas em aula. Os bilhetes, comunicados procedentes da direção, o cardápio, e até os diversos cartazes espalhados pela escola. Desta forma o professor estará mostrando aos seus alunos o caminho para se chegar a alfabetização. Cabe a nós, professores, independente da idade do aluno, garantir às crianças o direito à apropriação do sistema de escrita alfabética. Pois este é um direito das crianças.

Durante a pesquisa percebi que existem crianças que chegam à escola mais letradas do que outras, isso devido ao ambiente familiar em que vivem. Algumas crianças têm irmãos mais velhos ou pais que estudam por isso chegam mais letradas, pois têm grande envolvimento com a leitura e a escrita em casa. Há também famílias que incentivam seus filhos desde cedo: contam história para seus filhos, deixam as crianças manusear livros e jornais e diversos outros gêneros textuais e portadores de texto. Mas, infelizmente, existem famílias mais carentes onde os filhos só têm contato com leitura escrita através de panfletos, outdoors que circulam na sociedade. Em casa mal lêem um bilhete isso faz com que estas cheguem à escola menos letradas, o que não quer dizer que ela não vai aprender. Cabe à escola garantir a todas as crianças o aprendizado da leitura e da escrita.

Os professores precisam rever sua prática, tomando os alunos como ser social, sujeito de direitos. Desta maneira é papel do professor fazer com que o aluno se aproprie da escrita nas interações com diferentes interlocutores (mediadores). É também necessário desenvolver práticas interativas de ensino aprendizagem, que provoquem o desenvolvimento de suas concepções sobre o objeto de conhecimento.

Em razão de diferentes pressupostos, alguns educadores receiam a antecipação de práticas pedagógicas tradicionais. E também devido à importância da brincadeira na educação infantil muitos educadores acreditam que não devemos gastar o tempo da criança para alfabetizar na educação infantil .

No entanto concluo que os profissionais da educação infantil precisam pensar a alfabetização como um processo dinâmico, como uma construção social, que como tal tem relação com questões que estão muito além dos muros da escola, como é o caso da presença de práticas de leitura no ambiente familiar. É preciso repensar a educação infantil para que ela possa deixar de vez seu caráter assistencialista e passar a ser um espaço de aprendizagens.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, CELSO. *Educação Infantil: Prioridade Imprescindível*. 2 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro.

BRASIL. *Parecer nº 20/2009 expedido pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação em 11 de novembro de 2009*. - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso: 13 jun. 2012.

BRANDÃO, Anacarina Perrussi; ROSA, Ester Calland de Sousa (org.). *Ler e Escrever na Educação Infantil: Discutindo Práticas Pedagógicas*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes et al. *Avaliação Diagnóstica da Alfabetização*. Belo Horizonte: Ceale / FAE / UFMG, 2005.

BELO HORIZONTE. Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte. *Desafios da Formação - Proposições Curriculares da Educação Infantil: Rede Municipal de Educação e Creches conveniadas com a PBH.MG* - Belo Horizonte, 2009.

CHARTIER, Anne-Marie; HEBRARD, Chirtine Clesse. Jean. *Ler e Escrever: Entrando no Mundo da Escrita*. Carla Valduga (trad). 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FERREIRO, Emilia. *Reflexões Sobre Alfabetização*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

GROSSI, Esther Pillar. *Didática do Nível Pré Silábico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Vida, 1990.

LIMA, Adriana Flávia Santos. *Pré Escola e Alfabetização*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MARUNY, Curto Lluís; MORILLO, Mribel Ministrál; TEIXIDÓ, Manuel Mirllés. *Escrever e Ler: Como as crianças aprendem e como o professor pode ensina-las a escrever e a ler*. (trad.) Ernani Rosa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed.

MARUNY, Curto Lluís; MORILLO, Maribel Ministrál; MIRALLES, Manuel. *Escrever e Ler: Materiais e Recursos para a Sala de Aula*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIQUINHAS. *Projeto Político Pedagógico*.

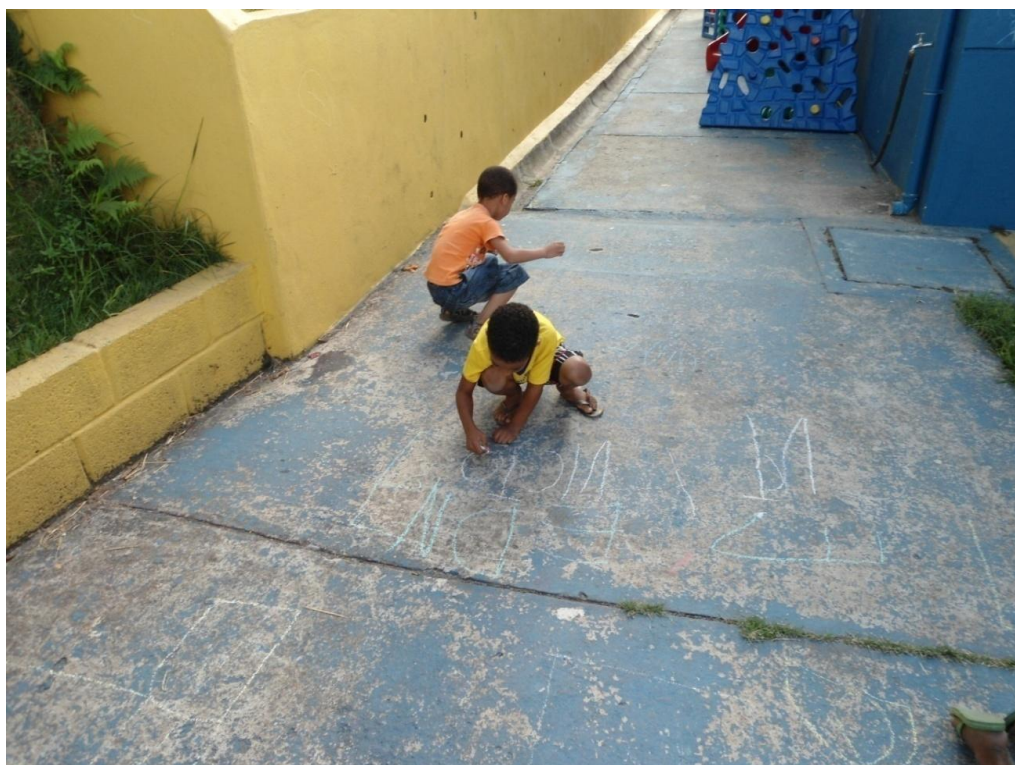
SABER, Maria da Gloria. *A Escrita na Educação Infantil: O Caminho da Construção*. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1997.

ANEXO – Fotos da aplicação das atividades para alfabetização



Nas fotos acima, as crianças fazem o nome com as letras móveis.

Fonte: Fotos do autor



A escrita do nome feito com giz no chão é uma maneira muito prazerosa de escrever o nome pois as crianças escrevem livremente no chão.



Foram trabalhadas várias atividades com o crachá. As crianças gostaram muito.

Fonte: Fotos do autor



Fazer a primeira letra do nome com massinha é uma maneira gostosa de aprender a 1ª letra do nome. As crianças aprendem brincando.

Fonte: Fotos do autor